

Subalternidade/Competências de Minorias e Políticas de Integração Imigrantes da África Subsariana em França

Roselyne de Villanova*

Resumo: Como as políticas urbanas de hoje pensam a integração dos imigrantes e outras minorias em situação de mobilidade geográfica e afectadas pelo problema da exclusão espacial? A contraditória questão da mobilidade e da “*assignation à résidence*”¹? Como pensar as várias formas de sedentarização (a dupla residência, o seminomadismo, o trabalho sazonal) num modelo único? Como confrontam os países a mobilidade de hoje e do futuro? Qual a pertinência das políticas de integração? O meu propósito é esclarecer estas questões através de uma população africana e das políticas de acção social e de habitação, no exemplo francês; e chamar a atenção sobre um modelo de integração e assistência que, talvez, não produza dinâmicas nem gere capacidades em outras culturas, mas sim, passividade. É interessante ver e confrontar as diferenças existentes entre o modelo e as capacidades, o potencial cultural e as competências da referida população discriminada.

Palavras-chave: Imigrantes; Competências; Subalternidade; Participação e cidadania; África subsariana.

Este artigo aborda a questão da dependência e das competências ocultas dos imigrantes face às políticas sociais de habitação. Parte-se da hipótese de que as políticas sociais carecem de objectivos e de uma pedagogia formalizada. Privilegiamos, no contexto das políticas de renovação urbana (demolição e realojamento), a relação das minorias imigradas tendo vivido em países colonizados, com os representantes de serviços públicos (de alojamento e outros serviços sociais). Como conceber uma política de participação activa por parte dos imigrantes que beneficiam de apoios sociais, sem que estes sejam considerados como pessoas dependentes? Que condições seriam necessárias para que os imigrantes possam reinvestir os seus *savoir-faire*, práticas culturais e artísticas na participação do projecto urbano, o seu quadro de vida?

Neste estudo abordamos o exemplo de imigrantes africanos subsarianos da segunda metade do século XX² em França, a partir de um trabalho de campo desenvolvido na cidade de Les Mureaux, na região de Paris-Île de France. A cidade beneficia de um contrato de apoio no quadro de financiamentos do programa de renovação urbana³, o qual recomenda a participação dos moradores.

Mobilidade entre nomadismo e sedentarização

Estudos prospectivos sustentam que, na Europa de 2050, uma em cada duas pessoas não será originária do país onde reside. A mobilidade geográfica é um fenómeno mundial. Na Europa, principalmente do Norte, tenta-se controlar a imigração embora os países dela necessitem, por falta de mão-de-obra em certos sectores da actividade.

*Investigadora CNRS Architecture Urbanistique Société.

¹ Expressão que se usa para as populações que não podem sair de bairros muito segregados para melhorar sua situação residencial.

² Este trabalho faz parte de uma pesquisa em curso que incide em sete casos de cidades em França, intitulada “La rénovation urbaine entre enjeux citadins et engagements citoyen”. O estudo interroga a noção de cidadania urbana através do estudo da disjunção, dos conflitos, e das condições para a cooperação entre conhecimentos e práticas de moradores, profissionais, políticos na participação para a renovação urbana, abordando a forma e impacto da mobilização de cidadãos. A pesquisa é coordenada por Agnès Deboulet e financiada pelo Ministério de l'Écologie, de l'Énergie, du Développement durable et de l'Aménagement du territoire.

³ O programa nacional de renovação urbana (PNRU) foi criado em 2003.

Sabemos que a mobilidade humana sempre existiu entre países de África. Assim, encontra-se uma forte tradição de comércio dos Pulaar e Soninkés (Mauritania, Senegal, Mali) que atravessavam o continente de Oeste para Leste durante o século XIX (Pap Ndiaye, 2008). Os movimentos populacionais no séc. XX, atingiram uma outra escala, por várias razões ligadas, principalmente, à melhoria dos transportes, à transmissão de informações, à atracção dos países industrializados como mercado de mão-de-obra. Podemos dizer que, em geral, a migração de hoje importa uma parte das suas tradições (mais ou menos importante segundo as comunidades), mesmo nos países onde as condições de vida são muito diferentes. Por outro lado, a visão científica da sedentarização como etapa pós-nomadismo, modificou-se. A mobilidade geral dos homens aparece como característica da sociedade moderna. Vários tipos de seminomadismo moderno e de alternância residencial começam a ser valorizados e, por outro lado, emerge um ponto de vista crítico a propósito da visão linear da passagem do nomadismo para a sedentarização (Loubes, 2007). A palavra “nomadismo” ganha então um sentido mais extenso, mesmo metafórico, na língua francesa, de modo a poder traduzir a importância de formas e de práticas de mobilidade na sociedade urbana. Pode ser a dupla residência dos imigrantes como dos urbanos possuindo uma residência secundária (Bonnin & Villanova, 1999), ou ainda as migrações ligadas à distância percorrida entre cidade de trabalho e cidade de residência – quotidiana, semanal –, entre país de trabalho e país de origem. Podem ser também práticas que retomam uma parte dos *habitus* ligado ao seminomadismo tradicional (Castro, 1995; Boulay, 2003).

A migração dos Africanos em França, na primeira metade do século XX, estava baseada principalmente na “noria” (Pape Ndiaye, 2008). Podemos constatar uma diferença importante entre tal forma de migração e a de hoje, no que diz respeito às transferências culturais entre o país de origem e o país de acolhimento. Assim, no caso da “noria”, o imigrante vinha geralmente sem família para ocupar trabalhos precários e vivendo em condições difíceis, sem qualquer pretensão de participar na

sociedade de acolhimento. Não esperava outra coisa que não fosse o dinheiro para as remessas, até que outro da aldeia viesse substituí-lo. Tal sistema não levava à procura de ascensão social. Podemos acreditar que este tipo de migração, como a migração rural para Paris no século XIX, não permitia acumular experiência, ficando o imigrante com a sua cultura e sem contactos enriquecedores com a cultura do país de acolhimento. Bem diferentes foram as migrações dos períodos seguintes, como as vagas sucessivas dos italianos, polacos, espanhóis, argelinos e portugueses que se foram sucedendo, desde os anos 1920 até aos anos 1960. Foi principalmente uma migração familiar ou de homens que casaram e criaram filhos no país de acolhimento, participando activamente no modo de vida local, sobretudo através dos filhos; o prolongamento do ciclo de escolaridade teve um efeito decisivo no processo de integração.

Após a independência do Mali (1956) e do Senegal (1960), a França estabelece em 1963-1964 acordos de mão-de-obra com vários países africanos. Estes imigrantes ocupam os empregos mais perigosos e menos qualificados, sem melhoria evidente de sua condição anterior. Em 1981, o reagrupamento familiar cria novas necessidades como o alojamento para os imigrantes que vivem em famílias numerosas e em famílias polígamas. No censo nacional de 2004, os Africanos subsarianos em França eram 570 000 (para 4,9 milhões de imigrantes)⁴.

Diversas culturas de mobilidade

Muitos imigrantes rurais afastam-se do país de origem por razões práticas: o custo das viagens que impede o regresso frequente à aldeia onde possuem a casa que, aos poucos, se vai construindo. Por outro lado, a evolução do desemprego não lhes dá a oportunidade de melhorar, realmente, a sua situação. Ficam marginalizados, por razões discriminatórias, em bairros sociais das periferias⁵. Os que tinham vivido num meio rural encontram dificuldades para entrar no modo de vida urbano, no qual perdem a sua própria cultura material, através dos êxodos sucessivos. Tal foi o caso daqueles que chegaram

⁴ Embora alguns destes imigrantes sejam qualificados e diplomados, as actividades profissionais exercidas são precárias.

⁵ Vários estudos mostraram o processo de concentração das camadas mais pobres dos imigrantes nestes bairros em dois tempos, primeiro, o reagrupamento dos realojados vindo de centros urbanos degradados; segundo, a partida dos que conseguem realizar uma mobilidade residencial através da compra de casa própria acentuam o fenómeno. Ver, por exemplo, Rudder V., 1992.

em certas cidades periféricas, estimando serem mais numerosos do que os que ficaram em casas degradadas nos centros urbanos.

O caso de um imigrante do Mali chegado, em 1970, a uma cidade periférica da região de Paris, é representativo. Tinha saído da aldeia para Bamako quando jovem, onde alugou casa, foi para a tropa em 1957 e enviado para a Argélia durante a guerra, de 1959 até 1961. Depois de ter combatido na guerra, voltou ao Mali. Tinha frequentado pouco a escola. Jogava num clube de futebol. Não teve outro emprego na tropa. “*Na volta, eles não nos deram nenhum trabalho, nem na tropa, nem na Argélia, nada. Nem como guarda republicano, a que tínhamos direito*”. Foi para França procurar trabalho. Entrou na construção civil nos empregos menos qualificados. “*Os Marroquinos e os Portugueses tinham contrato de trabalho e chegando a França conseguiam entrar nas fábricas, nós não*”, continua ele. Procurou um pouco de tudo, fábrica de automóveis, impressão gráfica, sempre trabalho muito mal remunerado.

Agora, reformado, desejaria encontrar algum trabalho para complementar a pequena reforma, em vez de ficar o dia inteiro desocupado e sem poder ir, cada ano, passar férias a África (em Dakar onde a mulher tem casa). A mulher trabalha como empregada doméstica. Foram assim os sucessivos trabalhos não qualificados, fora de todo o saber ligado a uma cultura, uma sociedade, e sem oportunidade para adquirir uma formação. No entanto, declara com orgulho ter 16 netos e que vai ser bisavô em breve. “*Sou um homem feliz*” conclui.

A proletarianização dos trabalhadores africanos em França, no sentido de Marx, é diferente da ascensão social de outros grupos migratórios, como os portugueses dos anos 1960 ou os italianos que começaram a chegar no princípio do século XX. Eles reinvestiram práticas da sociedade rural, como a autoconstrução enriquecida da experiência de trabalho na construção civil em França através das redes familiares. Além do mais, eles subiram na hierarquia profissional por processos de qualificação profissional ou criando a sua pequena empresa. Trouxeram tradições culturais, folclore, para os países de acolhimento. A língua materna ganhou um certo estatuto – já que era uma língua nacional

–, através das escolas que a ensinavam, mesmo que considerada como uma língua de imigrante, o que quer dizer, desvalorizada.

Há também o caso dos Turcos que chegam mais tarde a França (anos 1970) onde compram rapidamente casa própria, sendo, entre as migrações europeias mais antigas, a primeira comunidade, numericamente falando, proprietária de sua casa⁶.

Estes grupos conseguiram construir um modelo de mobilidade adaptado à situação de mobilidade mundial, abrindo as oportunidades de emprego futuro dum país a outro em função da conjuntura, tanto para eles como para os filhos; tiraram da mesma maneira benefício da diferença de valor da moeda e do imobiliário entre a sua região de origem e a do país de acolhimento.

Assim, os Portugueses em França praticam a dupla residência num processo de mobilidade social, incluindo a melhoria das condições de vida (proprietários imobiliários) e dos filhos (Bonvalet/Villanova, 1999; Villanova, 1998).

Comparando os grupos migratórios em França, aparece claramente uma fase de integração: a situação do imigrante modifica-se bastante entre a geração que migra e a dos filhos que estudam em França. Mas essa evolução geracional não deve ocultar a hierarquia existente entre os grupos migratórios, tanto do ponto de vista dos protagonistas como da sociedade de acolhimento. A questão da visibilidade entra nos critérios negativos através de certos comportamentos e da cor da pele. Em França, o processo de mobilidade espacial e social ascendente exclui actualmente uma parte da população estrangeira, como, por exemplo, muitos africanos subsarianos de origem rural, norte-africanos e ciganos.



⁶ Ver os censos nacionais 1968, 1975. Ver também Levallois A., 1992.

Processo de subalternidade e suas repercussões na família

Quando se estuda a situação dos Africanos (maghrebins e subsarianos) em França, é necessário considerar comportamentos derivados de uma dupla situação de subalternidade:

A mesma relação de discriminação social que vivem os outros imigrantes da Europa. Trata-se da discriminação de classe no país de origem onde o emigrante é considerado como um ignorante. A cultura popular não é reconhecida, tal como acontece no país de acolhimento, onde se diz que ele não sabe falar a língua materna nem a língua do país⁷.

A relação de subalternidade ligada à colonização determina o papel de vários membros das instituições do país de acolhimento

A herança de comportamentos colonialistas constrói a relação de subalternidade⁸ em que, ao papel do país de acolhimento corresponde o papel do “imigrante preto”, como reciprocidade (Bateson, 1995) que interioriza a desvalorização como a dependência económica e cultural. Pode também criar repercussões negativas nos filhos. As políticas de integração tal como o reagrupamento familiar, o ensino da língua francesa para os estrangeiros, a abertura do parque habitacional social aos imigrantes, não eliminam os fenómenos discriminatórios. A esta reciprocidade de comportamento dominante/ /dominado, acrescenta-se também outro tipo de reciprocidade como a notada por Octave Mannoni (1984) e na qual ao racismo do colonizador corresponde um racismo de colonizado.

O modelo dominante pode impor-se de uma maneira mais subtil quando interiorizado por um colonizado. Assim, quando formado pela Educação Nacional, o imigrante ou o colonizado é capaz de transmitir o seu modelo de ensino, oposto à pedagogia activa que solicita as competências do aluno ao mesmo tempo. Como apareceu num ciclo de formação, o autor de origem africana formalizou a diferença entre culturas africanas e francesa para afirmar a superioridade da última. O modelo francês é totalmente no movimento *top-down*: não se modifica nem pretende enriquecer-se com a cultura do

outro, aliás os seus defensores acreditam que ele não está influenciado por outras culturas.

Por outro lado, podemos considerar que a geração que emigrou traz o modelo colonial como fragilização da importância da tradição afectando todas as relações familiares, de género e intergeracionais na sociedade colonizada (Balandier, 1982). A perturbação dos papéis dos membros da família e da comunidade de aldeia repercute-se no modelo familiar individualizado que não recorre ao controlo social da comunidade mas à lei, como indica o exemplo seguinte. A dupla situação de subalternidade vai desorganizar os papéis na estrutura familiar e levantar o problema da autoridade, fragilizando o grupo familiar. Assim, a propósito dos problemas dos jovens e da delinquência, dizia um imigrante: “*Os pais dizem alguma coisa, mas os filhos respondem que são livres. Que país é este onde os filhos dirigem os pais? Se vê o seu filho num bairro, aqui em França, a fazer disparates na rua, bate-lhe. No dia seguinte vem a polícia a casa: ah porque é que bateu no seu filho? Como se pode fazer uma coisa destas? Mas é o pai que adora o filho, que lhe compra roupa, é na sua casa que ele vive e é ele que deve educá-lo. Mas se faz qualquer coisa ele vai à polícia dizer que o pai lhe bateu, amanhã a polícia está em sua casa. A mãe tem vergonha. O que fazer?*”

Os pais explicam, assim, que não podem intervir contra os comportamentos violentos dos jovens na rua porque as instituições não reconhecem a legitimidade deles como pais. Por outro lado, temem as ameaças dos jovens: “*se você não fecha a boca, nós vamos visitá-lo esta noite*”. Este caso tem sido evocado por várias pessoas como uma explicação geral e de referência. Na realidade, houve vários casos em que os filhos foram colocados em famílias de acolhimento por causa dos castigos corporais dos pais. Frequentemente, os técnicos da assistência social, bem como a polícia, não têm sido capazes de adaptar o seu papel a estas situações. Eles recusam a totalidade dos princípios da educação tradicional e consideram que os pais fogem das suas responsabilidades enquanto educadores.

⁷ É o mesmo processo de dupla negação que denunciou Abdelmalek Sayad (1999) através da “double absence” (literalmente dupla ausência), no sentido em que o imigrante é considerado nem de cá, nem de lá. A administração do país de acolhimento trata-o como uma presença provisória e a comunidade do país de origem não o reconhece como membro de pleno direito.

⁸ Ver o movimento de estudos sobre a *post-colonie*, em particular Mbembe (2008), que escreve: *como o poder na colónia é ele que decide de quem é visível e de quem deve permanecer invisível*. (De la scène coloniale chez Franz Fanon, 37-55). Segundo Seloua Luste Boubino, desenvolvem-se maneiras de ser, de fazer, de pensar perfeitamente incorporadas, de uma parte e da outra (colonizador e colonizado) que pode alimentar os estereótipos (Ce que post-colonie veut dire: une pensée de la dissidence, 8-26.). Assim, o primo-migrante traz do passado que ele viveu na colónia, certos hábitos, tal como a sua hierarquia pode manter comportamentos não controlados, derivado de uma mentalidade de colonizador.

A crise da autoridade dos adultos deve ser entendida num processo complexo da sociedade em geral e é agravada pelo facto dos pais não terem o capital escolar valorizado em França, facto que os descredita junto dos adolescentes e de certos agentes institucionais. Também os conflitos domésticos sofrem da ausência da comunidade familiar que, na aldeia, assegura um papel de mediação (Poiret, 2006).

Os actores da acção social, como os gestores do parque público tendem, por isso, a ver no imigrante que apoiam uma pessoa vulnerável e dependente deles, condicionando muitas vezes a forma de actuar nos processos de alojamento ou realojamento.

Este processo de fragilização familiar é reforçado pelo silêncio sobre a história e os sofrimentos da migração como parte de um esquecimento global que se repercute também sobre as novas gerações.

O silêncio dos pais sobre a migração

É preciso analisar o processo de subalternidade que se manifesta através das situações históricas nas quais participa o primo-migrante. Se ele consegue gerir mais ou menos a sua vida, não consegue sair do silêncio sobre os sofrimentos que viveu, ou seja, o seu passado e as suas raízes. Encontra-se esta ocultação do passado em muitas outras famílias, criando uma série de hiatos que podem produzir conflitos intergeracionais⁹ ou uma proibição da memória familiar que se aparentam a situações de traumatismo de guerra. Frequentemente, a migração constitui uma sucessão de traumatismos. A partir daí instalam-se na família incompreensões tenazes que impedem o diálogo intergeracional, atingindo os adolescentes que aí encontram razões para se marginalizarem, reforçadas pelos mecanismos de discriminação. Estes interditos são ainda mais acentuados para as famílias que vêm de um país distante e que não conseguem regressar durante as férias, afastando os filhos dos laços dos ascendentes e das suas raízes.

Vulnerabilidade no contexto de segregação

As zonas urbanas sensíveis (ZUS), identificadas através de determinados critérios¹⁰, criam

uma maior insegurança dada a concentração dos problemas sociais. Estas reforçam o efeito de descontinuidade e os acidentes de percurso que dificultam a passagem de um modelo cultural para outro, em particular para os homens. Um homem desvalorizado no país de acolhimento, acabará por aceitar a pressão da comunidade que o valoriza através da poligamia.

Do êxodo rural até ao meio urbano, e em seguida nas periferias do país de acolhimento, os Africanos vivem frequentemente uma perda de cultura por falta de meios de transferência, uma ruptura entre a cultura de origem e a cultura de acolhimento. O precedente exemplo maliano ilustra uma situação corrente nesta forma de proletarização e de “*déculturation*”, que se repercute na geração dos filhos. A privação da história oral consecutiva ao afastamento do território e a quebra das redes comunitárias na migração impedem que a experiência cognitiva construa o processo de adaptação e de aculturação¹¹. O percurso de um jovem africano que chegou há pouco tempo à cidade pode servir de contra-exemplo para perceber melhor a vulnerabilidade dos filhos de imigrantes. Ele veio do Gabão para a casa de uma irmã que vivia em França e diz: “*logo procurei trabalho porque não queria ficar a cargo dela*”. Ele é jogador profissional de futebol ainda em aprendizagem. Para sobreviver, é treinador do grupo dos 9-10 anos e animador em centros sociais. Diz ele: “*encontra-se trabalho rapidamente, quando se quer. Os jovens que nasceram aqui não entendem a sorte que têm*”.

Homem e mulher: comportamentos de género

O papel das mulheres é diferente. Elas participam em acções socioculturais, frequentam cursos de francês e criam associações muito activas. As mulheres constroem uma margem de autonomia e de independência económica, utilizando para isso a dinâmica do papel feminino tradicional no país de origem (Poiret, 2006).

Nas famílias magrebina, como subsarianas, as mulheres são muito mais jovens que os homens. Assim, é frequente os homens estarem já reforma-

⁹ Vários filmes do realizador Mario Viera como *La photo déchirée* tratam deste tema a propósito de famílias portuguesas. Ver também Villanova, 1999.

¹⁰ Em Les Mureaux, mais de 23% da população está sem emprego, 50% tem menos de 25 anos, mais de 59% não paga impostos, as famílias monoparentais são numerosas. A população estrangeira é de 30%. Estes são os critérios estabelecidos para classificar em ZUS vários bairros em França, mostrando as altas percentagens de desequilíbrio na população. As ZUS apelam a tipos de acção pública específicos, correspondem provavelmente à Iniciativa Bairros Críticos em Portugal.

¹¹ O sentido de aculturação é diferente de assimilação e deve ser entendido como re-interpretação do modelo da sociedade de acolhimento através do modelo de origem, dando ao migrante uma posição activa, influenciando de forma lenta o modelo dominante através da mestiçagem cultural.

dos enquanto a mulher ainda trabalha fora. Eles lamentam ter de assegurar o trabalho doméstico. Além da idade, o género cria a diferença. Nos casais de imigrantes de outros países, a mulher está mais próxima do país de acolhimento do que o homem, tanto através da ligação afectiva aos filhos, como também das actividades onde ela obtém uma autonomia pela via do salário. Esta situação permite-lhe, por exemplo, participar na vida pública e não depender da autorização do marido para sair. O homem permanece mais perto da terra de origem e da comunidade rural. O casal português resolve o dilema praticando a alternância residencial. Para o casal africano é mais difícil.

É frequente ver os homens da África subsariana regressar durante vários meses à aldeia. E as esposas lamentam que eles aí gastem o dinheiro da reforma, às vezes com outra mulher. Lamentam que os pais fiquem afastados dos filhos, evitando dar-lhes ordens, fugindo às responsabilidades, virados para o mundo deles, tanto no país de origem como no país de acolhimento, onde eles se juntam todos dias no café ou num local para jogar cartas.

Em geral, as pessoas mais afastadas do modelo tradicional que vivem uma sociabilidade intercultural, e a geração dos filhos, concordam na crítica dirigida aos pais, os quais não evoluíram como a sociedade de origem, permanecendo isolados ou enfeudados à comunidade. Dizem dos pais que eles recusam dar-lhes qualquer tipo de responsabilidade. Estes conflitos de gerações aparecem, principalmente, nas famílias polígamas, onde a diferença de idade e de mentalidade entre pais e filhos é maior. Vê-se também através da geração dos filhos uma grande diferença de géneros: o pai já velho, ausente, representa uma possibilidade de identificação fraca para o rapaz adolescente.

Cada período do ciclo de vida traz as suas dificuldades. Quando os filhos ganham a sua independência e saem da casa, o casal fica sozinho. Várias mulheres contam a solidão que sofrem, ficando cada um no seu mundo, vivendo a velhice profundamente marcada pela separação de géneros, que sempre foi a norma cultural. Dizem que os homens não falam. Os centros sociais constataam, como um eco, esta realidade, a fraca participação deles nas actividades colectivas. A desorganização

dos papéis nas estruturas familiares afastadas da tradição cria um sentimento de insegurança e de incapacidade, reforçado por situações mal acompanhadas de realojamento (falta de informação, falta de diálogo, de oferta adaptada ao grupo familiar, etc.). Para muitos há uma ligação sentimental e afectiva à casa degradada onde têm os seus laços sociais e familiares, mesmo quando criticam a recente degradação do bairro.

Estimular as competências dos moradores como base da participação

Excepção feita às situações de ruptura e de perda da cultura de origem sem verdadeira aquisição da cultura dominante, o potencial africano existe. Como poderiam as políticas sociais estimulá-lo?

Há uma certa discordância entre o discurso dos agentes institucionais, das entidades públicas (serviços de intervenção da câmara municipal, organismos de gestão da habitação social), que consideram um sucesso o acompanhamento nos processos de realojamento e, por outro lado, o discurso de vários moradores insatisfeitos: a crítica sobre a falta de informação sobre a renovação e a situação do morador é, neste caso, quase geral; vários descrevem como as ofertas de andares não correspondem às suas situações concretas. Outros são realojados em prédios que serão demolidos mais tarde, sentindo-se presos na cidade por não poderem pagar rendas mais elevadas noutros locais. Outros querem ficar numa cidade, mas são enviados para outra, mais distante ou com falta de transportes, correndo o risco de perder o trabalho. Dizem: “*sair daqui será como recomeçar a imigração*”. Para uma parte dos habitantes, o alojamento social aparece como uma situação não escolhida, de dependência, *de mobilidade geográfica não escolhida*, indicando por isso um futuro negativo¹².

No fundo, a habitação social (quase sempre alugada em França)¹³, é, de uma certa maneira, uma dependência para os que têm, devido aos seus baixos rendimentos, pouca possibilidade de escolha. No processo de realojamento, as três ofertas de apartamentos para escolher (segundo a regra) podem ter todas defeitos importantes. Mas os agentes podem considerar que os candidatos sem indepen-

¹² Sobre as reacções dos moradores ao realojamento no contexto da renovação urbana, ver Christine Lelévrier (2008).

¹³ Nesta cidade de Les Mureaux, os apartamentos do parque social construído até há pouco tempo eram alugados. Só desde 2008, existem novos pequenos programas de habitação que prevêm o acesso à propriedade.

dência financeira devem aceitar o que é oferecido. As relações entre os agentes e os candidatos não são construídas numa situação de direito, mas de assistência a uma pessoa incompetente, vulnerável.

Se o potencial africano parece diferente entre Paris e a periferia, onde não se vê criação artística local e popular como na cidade (ou como no Brasil, por exemplo), nem estrutura comercial como nas pequenas zonas multiétnicas da capital, várias características das culturas africanas mantêm-se vivas: como solidariedade, sociabilidade ou convivência, rápida transmissão oral da informação. Christian Poiret (2006: 369) nota também essas disposições através do seu estudo sobre vários sítios na região parisiense.

São reinvestimentos de formas de sociabilidade das aldeias africanas contrastando com o comportamento quotidiano da população urbana francesa. Representam qualidade de comunicação, de laço social, que são muito discutidos, pela sua ausência, no diagnóstico da sociedade urbana actual. Parece importante sublinhar estas características como apoio possível às políticas e que poderiam ser mais reinvestidas num processo de participação do morador, no seu quadro de vida, como no projecto urbano local.

O organismo proprietário de um conjunto habitacional¹⁴ começou a organizar a participação dos habitantes num processo de renovação, apoiando-se numa associação de mulheres africanas, uma associação de moradores recentemente criada. O fenómeno da participação aparece claramente com os seus limites: a consulta dos moradores é solicitada quando o organismo social decide e na fase do processo que ele determina. O momento de solicitar os moradores para consulta intervém sem um tempo de apresentação do projecto municipal, nem de uma campanha de informação prévia, o que provoca desconfiança e insegurança.

Não se discute o processo da renovação nem o projecto urbanístico global, por decisão da câmara. As reuniões começam no momento de intervir sobre as obras quando os inquilinos escolhem detalhes para os novos alojamentos ou quando constituem um grupo de acompanhamento da obra na reabilitação

por causa dos imensos defeitos nas obras. Outros organismos sociais no sector da renovação nesta cidade, não empreenderam, até hoje, qualquer procedimento de participação dos moradores.

A cidade de Les Mureaux com 31 722 habitantes (13 599 em Zona urbana sensível) foi construída em 1953 segundo o modelo de *zoning* que nasceu nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX. O pequeno centro, maioritariamente povoado pela classe média, não se desenvolveu. Fica num lado da larga estrada nacional que atravessa a cidade. No outro lado, estão os bairros sociais com a população africana. Quase não há comércios de proximidade, somente centros comerciais tipo zona industrial. O programa de renovação está limitado, até hoje, a uma função residencial. Embora a cidade seja tratada à escala de um bairro, faltam ainda equipamentos, comércios de proximidade e tratamento urbano.

Permanece com a característica histórica da sua criação: alojar rapidamente os trabalhadores da indústria automobilística. A crise produziu desemprego e pobreza. A cidade representa tipicamente um fenómeno de globalização, sem existência própria, por assim dizer, diferentemente de certos bairros em centros urbanos que podem oferecer resistência à crise mundial. O empreendedorismo em actividades como a produção de roupa, os ateliês de costura e de reparação, os restaurantes locais (em vez dos comércios das cadeias internacionais), tanto como as actividades culturais, desenvolvem um intercâmbio local aberto a clientes exteriores ao bairro. Não é o caso desta cidade.

Falta hoje um conhecimento sistemático da sua população, não em termos estatísticos, mas em termo de prática e de competência. Fora as associações, várias pessoas podiam ser “pessoas-fontes”¹⁵, como alguns reformados ou certas mulheres jovens descendentes de imigrantes, diplomadas que trabalham na cidade e nas proximidades. Mas a relação de serviço, de acompanhamento social que caracteriza cidades periféricas como esta, implica, geralmente, uma dependência sem que se considere o beneficiário dotado de competência. As políticas sociais aparecem como instrumentos de dominação.

¹⁴ Este conjunto deve ser em parte demolido e outra parte renovada. Um prédio está em construção para realojar apenas uma parte dos inquilinos, ainda que os textos oficiais da política nacional de renovação mencionem a regra de um prédio construído de raiz por um demolido.

¹⁵ Em francês: *personnes-ressources*.



Interculturalidade contra dependência

Surge actualmente nesta cidade uma imensa oferta por parte da intervenção sociocultural pública que não atinge o seu objectivo, deixando marginalizada ou dependente e com problemas de integração, uma parte da população. Os ateliês de animação não param de solicitar os moradores para uma verdadeira consulta da população que o presidente da câmara não deseja.

Fora do que aparece como um divertimento para iludir a questão da participação, podemos interrogar-nos sobre o benefício das políticas sociais e perguntar se elas são adaptadas como oferta de consumo cultural e se elas não matam um potencial de produção cultural local. Podemos também interrogar o passado do imigrante e solicitar a memória da migração. Tal iniciativa poderia anular o silêncio familiar que esconde o passado do imigrante, que ignora os *savoir-faire* adquiridos na sua cultura material; esta mesma cultura que ele poderia adaptar à sua nova vida, transmitindo aos filhos uma memória familiar e um capital simbólico.

Sabendo que os homens reformados procuram actividades, tal como uma horta ou trabalho para melhorar a pequena reforma, sabendo que as mulheres na sociedade rural africana fazem comércio, poderia alargar-se a reflexão. A intervenção sobre o tecido urbano e a economia local deveria admitir que a produção local fosse estimulada em termos de atracção e não de fechamento comunitário. Seria, por exemplo, sustentar intercâmbios económicos locais, ateliês de costura, hortas, mercado de produtos de agricultura local e também étnicos, que poderiam atrair uma população exterior aos

bairros sociais. Estimulariam intercâmbios numa economia de proximidade onde se encontrariam o passado rural recente da região e as raízes rurais de uma parte dos imigrantes como acontece em várias localidades em França. Podemos dizer que, actualmente, a cidade não tem tecido urbano, nem tão pouco tira benefício do seu ambiente ainda rural. O projecto de renovação limita o enclausuramento urbano a uma questão de formas construídas – foram abertas ruas entre o centro e os bairros.

Surge, assim, a necessidade de identificar o potencial dos imigrantes através do conhecimento dos seus *“savoir-faire”* e práticas culturais, capazes de produzirem dinâmicas de produção. Ao mesmo tempo, poder-se-ia desenvolver a acção social e sociocultural como troca entre conhecimentos do país de acolhimento e transmissão de práticas da cultura de origem¹⁶. A luta contra o fechamento comunitário não é fácil. Os habitantes denunciam a falta de diversidade cultural (perdida) e as autarquias querem reunir as actividades no centro da vila em vez da disseminação em pequenos centros sociais de bairro, para recriar diversidade cultural. Qual será o resultado? Hoje, os centros sociais são frequentados pela vizinhança e repercutem a divisão étnica dos bairros, porque a proximidade decide do uso de um equipamento, como já mostraram várias experiências. O reagrupamento étnico aparece como uma situação de facto. O risco da centralização é de se perder uma grande parte da participação das famílias nestas actividades, como teme o pessoal responsável dos centros. Esta questão chama a atenção para os modelos de integração: o francês que continua a acreditar na desintegração das comunidades étnicas e que difere do modelo norte-americano, formado em torno de grupos de interesse económico organizados em associações.

Orientar a intervenção pressupõe o reconhecimento do imigrante como actor potencial da sociedade de acolhimento. Isto supõe que, nestes bairros de forte segregação, o projecto de renovação seja também uma reflexão urbanística sobre o tecido urbano. Este poderia ser o contexto para as minorias poderem recuperar independência económica e serem actores de uma cultura enriquecida pelas suas próprias experiências e referências à cultura de origem.

¹⁶ Método da pedagogia intercultural na filiação da pedagogia activa das Escolas Freynet ou Montessori. O intercultural apoiando-se nas capacidades dos imigrantes, criando uma relação de reciprocidade na transmissão de conhecimento entre minorias e sociedade de acolhimento, como entre cultura popular e académica produzindo um intercâmbio não só do tipo *top-down* mas também *bottom-up*.

Bibliografia

- Arbonville et C. Bonvalet, R. Bekkar, R. Bonnain, C. Bonnette-Lucat, A. Gotman et J-M. Léger avec B. Decup-Pannier, C. Leite, N. Ortar, B. Mazerat, E. Nicolino, D. Pinson, J. Remy (post-face).
- Balandier G. (1982), *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*, Presses universitaires de France.
- Bateson G. (1995) dernière ed. traduit de l'américain, *Vers une écologie de l'esprit*, tome 1, Seuil poche.
- Bonnin Ph. et de Villanova R. dir. (1999) *D'une maison l'autre*, Creaphis avec les contributions de D.
- Boulay S. (2003), "La tente dans la société maure (Mauritanie) entre passé et présent. Ethnologie d'une culture matérielle bédouine en mutations". Thèse de doctorat en anthropologie et ethnologie, Muséum national d'histoire naturelle, direction P. Robbe et P. Bonté.
- Castro A., (1995) "Le relogement des Tsiganes au Portugal: un cas de redéfinition des identités", *Etudes Tsiganes*, 13, 35-44.
- Lelévrier, Christine, (2008), *Mobilités et trajectoires résidentielles des ménages relogés lors d'opérations de renouvellement urbain. Synthèse des travaux menés entre 2004 et 2007*. PUCA/DIV/DREIF
- Levallois A. (1992), "L'insertion résidentielle des Turcs en Alsace", *Hommes et migrations*, 1153, 30-34.
- Loubes J-P. (2007) "La mémoire de l'architecture nomade dans la maison d'Asie centrale", in *Le métissage interculturel*, R. de Villanova & G. Vermès (dir.) L'Harmattan, (pp. 177-197)
- Mannoni O., (1984), *Psychologie de la colonisation*, éditions universitaires.
- Mbembe, A. (2008) "Réflexions sur la post-colonie", *Revue Descartes*, 58, Paris PUF.
- Ndiaye P. (2008), *La condition noire*, Calmann-Lévy.
- Poiret Ch., (2006), *Familles africaines en France*, Ciemi-L'Harmattan.
- Rudder V. (1992), "Le logement et l'intégration des immigrés dans les villes françaises", in Horowitz, D. L.; Noiriél, G., (sous la direction de) *Immigrants in two democracies. French and American experiences*. New York, University Press.
- Sayad A., (1999), *La double absence* (textes réunis préfacés par P. Bourdieu), Seuil.
- Villanova R. de, (1997), "Turkish Housing in France: from Tenant to Owner" in *Turks in European cities: housing and urban segregation*, ed Ozuekren and van Kempen R. Utrecht, ERCOMER.
- Villanova R. de, (1998), "Les immigrés portugais et l'autoréhabilitation des pavillons en région parisienne", *Sociedade e Território*, 25-26, fevereiro, 21-32.
- Villanova (1999) "Digressions sur l'indicible, le secret et la séparation dans l'émigration", *Sigila*, 3, printemps-été, 21-33.
- Villanova R. de & Bonvalet C. (1999), "Immigrés propriétaires ici et là-bas, un système résidentiel?" in *D'une Maison l'autre*, Bonnin Ph. et de Villanova R. (dir.), (pp. 213-249).